

Resenha

Rosemary de Oliveira Almeida*

Jocastra Holanda Bezerra*

BARBALHO, Alexandre [et al.], organizadores. Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: EDUFBA, 2011. (COLEÇÃO CULT).

O livro *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas* reúne uma série de artigos de pesquisadores de várias instituições universitárias brasileiras, que foram apresentados e discutidos no Grupo de Trabalho Cultura e Desenvolvimento do XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CISO), realizado em setembro de 2009 - com exceção do artigo *Crise e políticas culturais*, escrito por Antonio Albino Canelas Rubim. O GT, em consonância com a temática geral do *Encontro, Desigualdade e justiça social: regiões, classes e identidades no mundo globalizado*, foi criado com a proposta de agrupar e debater, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, o papel das políticas culturais no desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta, portanto, é a temática central que tece o livro.

O livro é composto por doze artigos divididos em dois blocos, o primeiro aborda as questões políticas e econômicas das políticas culturais a partir de uma perspectiva mais ampla e o segundo analisa experiências concretas de políticas culturais, nas esferas federais, estaduais e municipais no Brasil, perfazendo um total de 292 páginas. Com apresentação dos organizadores Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Paulo Miguez e Renata Rocha, que integram o Grupo de Pesquisa em Políticas de Cultura e de Comunicação (CULT.COM), da Universidade Estadual do Ceará, o Grupo de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), da Universidade Federal da Bahia e o Grupo de Pesquisa Política Cultural - Memória e História, da Fundação Casa de Rui Barbosa. A obra é a décima publicação da Coleção Cult, da Editora da Universidade Federal da Bahia, lançada com o objetivo de consolidar esta área multidisciplinar de estudos e ampliar o intercâmbio entre os estudiosos da cultura. A bibliografia está totalmente disponibilizada no site www.cult.ufba.br.

Resenha
Recebido: 30/04/2012
Aprovado: 31/05/2012

O artigo que inicia o livro, *Crise e políticas culturais*, de Albino Rubin, traz uma discussão fundamental sobre o papel da cultura em tempos de crise. O autor defende que é preciso “assumir a crise em todas as suas dimensões e potencialidades” (RUBIM, 2011, p.23). Ou seja, além de provocar dores e perplexidades, a crise pode trazer importantes ensinamentos. Nesse sentido, Rubin propõe que sejamos radicais para aprendermos com a crise, no sentido de ir às suas raízes e tirar todos os ensinamentos possíveis. O texto provoca o leitor e conduz as demais discussões do livro na perspectiva de repensar radicalmente e imaginar um novo e ativo papel para o Estado.

No artigo seguinte, *Terminologias e denominações das atividades da organização da cultura*, Leonardo Costa analisa a profusão de terminologias e denominações dos agentes ligados ao campo e, sobretudo, à organização da cultura. O autor procura compreender a multiplicidade de (in)definições que aparecem nesse “campo novo, com fronteiras fluidas” (CALABRE, 2008, p. 66) fazendo uma abordagem internacional, a partir das experiências anglo-saxônica, francesa, Ibero-americana e finalizando com a experiência brasileira.

Em seguida, o autor Paulo Miguez, no artigo intitulado *Algumas notas sobre comércio internacional de bens e serviços culturais*, discute a questão de como a cultura, na área das relações internacionais, se desloca do amplo repertório das *low politics* (educação, saúde, emprego, segurança etc.) para ser incluída na agenda dos temas vitais para os Estados na contemporaneidade. O autor ressalta que ainda há muito a ser feito, como a superação dos celebracionismos improdutivos e o acionamento efetivo de políticas na construção de relações comerciais internacionais que ativem o desen-volvimento cultural de todas as nações.

Nos artigos de Lia Calabre e Maurício Siqueira a discussão permeia a importância e a necessidade da formulação de informações e indicadores que subsidiem a gestão pública da cultura e que permitam a elaboração, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas na área da cultura. Lia Calabre atenta para o cuidado na elaboração de políticas setoriais e locais que levem em conta as especificidades regionais e, sobretudo, para a cautela com os usos e com o que se pretende medir a partir dos indicadores culturais. Maurício Siqueira, por sua vez, traz essa discussão para o campo da gestão local, de municípios de médio porte. O autor defende que, considerando os limites dos indicadores culturais, é necessária sua complementação com estudos qualitativos. Nesse sentido, usa como suporte teórico o que Boaventura de Sousa Santos chamou de *Sociologia das ausências e Sociologia das emergências*. Ambos os autores trazem importantes contribuições para se pensar esta oportuna discussão acerca do uso de indicadores sociais e culturais na formulação e implementação de políticas públicas de cultura.

No artigo *A política cultural segundo Celso Furtado*, Alexandre Barbalho analisa a contribuição deste que foi um dos mais influentes economicistas e intelectuais do país ao longo do século XX para uma nova teoria e política acerca do nacional-desenvolvimentismo. Barbalho expõe o pensamento pioneiro de Furtado, em relação aos seus contemporâneos na América Latina, ao aliar desenvolvimento e cultura – desenvolvimento, portanto, não limitado ao seu aspecto econômico, mas em uma totalidade sistêmica que passa pelos aspectos simbólicos de uma sociedade – relacionando-o com sua atuação à frente do Minc¹, o qual estruturou e imprimiu suas linhas fundamentais. O autor destaca que a maior contribuição de Furtado é a defesa de que uma política cultural não deve se restringir ao fomento do consumo cultural, muito pelo contrário, deve servir para as potencialidades da cultura e para o enriquecimento cultural da sociedade.

O segundo bloco, que apresenta casos concretos de políticas culturais, inicia com a análise do Programa Cultura Viva. Os autores Domingues e Souza investigam, na perspectiva da economia solidária que se inaugura com o Programa, como o tema da cultura e sua viabilização em redes solidárias de produção vêm sendo tratada pelo Cultura Viva. Além de ressaltar o caráter inovador do Programa, os autores fazem uma reflexão crítica e apontam suas insuficiências e limites, bem como assinalam os desafios do Estado para superar o dilema de formular políticas públicas que democratizem efetivamente a todos os segmentos sociais o acesso aos meios de produção cultural.

Em seguida, Paula Félix dos Reis realiza uma análise criteriosa do processo de criação e implantação do Sistema e do Plano Nacional de Cultura. A autora aponta as disputas políticas e partidárias internas como o grande desafio na implantação destes instrumentos. Mas além dos obstáculos e tensões internas, somam-se outros desafios igualmente difíceis de serem superados, quais sejam as *tristes tradições*² do Estado brasileiro na formulação de políticas culturais. Estes desafios e o reconhecimento da cultura enquanto fator de desenvolvimento demonstram, na conclusão da autora, a importância da efetivação das propostas do Sistema e do Plano Nacional de Cultura.

O artigo *A mobilização da sociedade para a participação na elaboração de políticas públicas de cultura*, de Daniele Canedo, traz o importante debate sobre a participação da sociedade civil na esfera pública de decisão sobre a cultura, algo novo no cenário das políticas culturais no Brasil, com início no Governo Lula, a partir das Conferências Nacionais de Cultura. A autora apresenta a tensão que existe nesse processo: por um lado, as dificuldades da população em lidar com a democracia, reflexo da formação histórica brasileira, e em superar o corporativismo e a ideologia de movimentos tradicionais; e por

1 Furtado foi Ministro da Cultura no governo de José Sarney, de 1986 a 1988, quando criou a primeira lei de incentivos fiscais à cultura, a Lei Sarney.

2 Referência à observação de Albino Rubin (2007) de que as políticas culturais no Brasil sofrem “tristes tradições”: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.

outro lado, a dificuldade de aceitação, por parte das organizações partidárias das elites, da participação de populares nas decisões públicas.

O artigo intitulado *Conflitos e parcerias na participação em políticas culturais: o caso do Conselho Municipal de Cultura de Aracati*, de Aline Gomes, busca dialogar com o artigo precedente, evidenciando a participação social nas políticas de cultura e destacando o papel privilegiado que os conselhos de cultura ocupam nas políticas culturais. A autora parte da discussão acerca da abstrata separação entre sociedade civil e Estado para compreender as relações, disputas e conflitos entre essas duas esferas que integram o conselho de cultura do município de Aracati.

No artigo *Políticas culturais na Bahia: o caso da Televisão Educativa*, as autoras Renata Rocha e Linda Rubim analisam as formas de gestão, financiamento e programação da Televisão Educativa da Bahia (TVE-Ba), ressaltando o importante papel desempenhado pela emissora na representação das diversidades e singularidades culturais da Bahia. A discussão do artigo gira em torno da questão cultural na perspectiva dos estudos sobre os meios massivos de comunicação, procurando compreender as dinâmicas culturais que os englobam e como a comunicação, no âmbito das políticas culturais, pode desempenhar suas funções de caráter social e cultural, configurando-se assim, como tema fundamental para as políticas públicas no Brasil.

Por fim, o último artigo da obra, de Bárbara Silva, analisa o processo de construção das políticas culturais da Fundação de Cultura de João Pessoa – Funjope - por intelectuais e artistas de esquerda, no período de 2005 a 2008. A autora relaciona a Funjope com o processo de apropriação do nacional popular pelos intelectuais na década de 1960, pois ambos são marcados pela atuação de artistas e intelectuais de esquerda na política sob o ideário de uma romantização da cultura popular. A autora faz, assim, uma importante reflexão sobre a construção de políticas culturais no eixo da cultura popular, expondo o papel dos intelectuais na sua relação com o Estado, e asseverando a importância da formulação de políticas culturais a partir do diálogo direto com a cultura popular e, num sentido mais amplo, com a sociedade civil.

Em um momento em que o reconhecimento da cultura enquanto fator de desenvolvimento vem sendo questão fundamental para os Estados, tema que tem se tornado alvo de discussões, inclusive, no meio acadêmico, acreditamos que esta obra proporciona uma formidável contribuição para os estudos e debates para fortalecer as políticas públicas de cultura e suas conexões com o desenvolvimento das nações.